

COMÉRCIO EXTERIOR

Exportação pode crescer US\$ 7 bi

Acordo pode levar anos para entrar completamente em vigor, mas estimativas brasileiras são de aumento bilionário nos negócios

» RAPHAEL PATI
» PEDRO JOSÉ*

Em um passo histórico que reforça a defesa do multilateralismo, a União Europeia e o Mercosul formalizam, no próximo dia 17, o maior acordo comercial entre blocos do mundo. Mesmo com a assinatura, ainda há um longo processo para que o pacto entre plenamente em vigor, o que pode levar anos. Isso ocorre porque, após ser assinado pelos dois blocos, tem de ser aprovado pelas casas legislativas de cada país-membro, embora não seja necessário que todos aprovelem para que comece a valer nas nações que já aceitaram os termos.

Apesar da possibilidade de demora para a concretização, o governo federal espera que isso seja definido ainda este ano, de preferência no primeiro semestre, para que entre em vigor sem a necessidade de os outros três países do Mercosul — Argentina, Uruguai e Paraguai — também aprovarem internamente.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, reforçou que espera uma votação pelo Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

“O acordo deve ser assinado nos próximos dias, e a nossa expectativa é de que a vigência ocorra este ano”, destacou o ministro. “Se o Congresso brasileiro votar no primeiro semestre, nós não dependemos da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Já entra em vigência.”

Alckmin destacou, durante entrevista coletiva na sede da pasta, que a União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil — atrás somente da China — e que em 2025 movimentou US\$ 100 bilhões na corrente de comércio — soma das exportações e importações.

Além disso, acrescentou que o acordo é um movimento que reforça o multilateralismo no mundo, após um ano marcado por guerra comercial liderada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e com participação de outros países, como a China, que voltou a elevar as tarifas sobre a carne bovina importada.

“Num momento geopolítico difícil, de instabilidade, de conflitos, é fundamental para o mundo. Mostra que é possível construir um comércio com regras, de abertura comercial, não do isolacionismo, mas

Júlio César Silva/MDIC



Alckmin na coletiva sobre acordo: “Se o Congresso votar no primeiro semestre, nós não dependemos da Argentina, do Uruguai e do Paraguai”

720 MILHÕES

Número potencial de consumidores

US\$ 22 TRILHÕES

Produto Interno Bruto (PIB) aproximado dos países dos dois blocos

do multilateralismo”, acrescentou o vice-presidente.

Já para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o acordo é histórico “não apenas pelo seu significado econômico, mas sobretudo pelo significado geopolítico”. “Uma nova avenida de cooperação se abre neste momento conturbado,

mostrando um novo caminho de pluralidade e oportunidade”, escreveu em suas redes sociais.

Apesar do otimismo com a aprovação ainda este ano, o gerente de Comércio Internacional da BMJ Consultores Associados, Josemar Franco, explicou que o histórico não é favorável no Congresso quando se trata de acordos internacionais no Congresso Nacional. “É um processo que pode levar de dois a três anos, em um cenário otimista”, avaliou. Além disso, mesmo que seja aprovado ainda em 2026, os efeitos sobre a balança comercial brasileira devem ser sentidos apenas daqui a quatro anos.

Por outro lado, o que pode jogar a favor do acordo é a força do setor produtivo dentro do Congresso, sobretudo do agronegócio, que pode se empenhar para acelerar as tratativas. “Então, nós não conseguimos observar uma força política significativa que seria contrário ao acordo. O agronegócio tem uma vontade muito grande de exportar mais para a Europa, assim como a indústria”, ressaltou Franco. Ele destacou

que, mesmo com os efeitos sendo observados somente a longo prazo, a assinatura, por si só, já representa um passo histórico em um acordo que levou mais de duas décadas para se concretizar.

Maior receita

O acordo pode gerar um ganho significativo para as exportações de produtos fabricados no Brasil. De acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), a parceria deve gerar um aumento de receita da ordem de US\$ 7 bilhões para as empresas nacionais.

A Apex destacou que o acordo prevê uma redução imediata de tarifas para itens estratégicos da pauta exportadora brasileira, como máquinas e equipamentos de transporte, casos de motores e geradores para energia elétrica, motores de pistão (autopeças) e aviões. Também pode haver ganhos com a venda de couro e peles, pedras de cantaria, facas e lâminas e produtos químicos.

Os termos também preveem uma redução gradativa das tarifas

sobre diversas commodities, como carne de aves, carne bovina e etanol, que devem ser zeradas em um prazo de até 10 anos. Ainda assim, o acordo possui uma cláusula de salvaguarda que reforça o monitoramento das importações procedentes do Mercosul, com o objetivo de proteger principalmente os produtores rurais na Europa.

Para o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, o pacto também representa uma conquista do multilateralismo. “Esse acordo segue no sentido contrário ao que o mundo está andando. A própria Organização Mundial do Comércio (OMC) perdeu importância, e nós estamos falando aqui do maior acordo econômico do mundo”, frisou. Ele ressaltou as oportunidades com o negócio. “Estamos falando de uma população de mais de 700 milhões de habitantes e de um PIB de perto de US\$ 22 trilhões. Só perde para o dos Estados Unidos, em torno de US\$ 29 trilhões, e supera o da China, que gira em torno de US\$ 19 trilhões”, argumentou Viana.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Setores econômicos comemoram mais oportunidades

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o acordo União Europeia-Mercosul pode fazer com que o Brasil fortaleça relações com países do Leste Europeu, como República Tcheca, Polônia e Romênia. Essas nações representam, atualmente, uma parcela irrisória do comércio exterior brasileiro.

Segmentos industriais e de tecnologia podem ser beneficiados com possíveis novas parcerias. “O acordo também prevê o reconhecimento recíproco de indicações geográficas, protegendo produtos regionais brasileiros com selo de origem e ampliando oportunidades para marcas nacionais no mercado europeu, como café e queijos”, destaca a CNI, em nota.

Para o presidente da entidade, Ricardo Alban, a sinalização positiva do bloco europeu é fundamental para avançar nas próximas etapas do acordo, que envolve assinatura, internalização, ratificação e implementação dos termos. “A aprovação do acordo é um passo decisivo e cria as condições políticas necessárias para avançarmos rumo à assinatura”, destacou. “Esperamos que esse processo seja concluído o quanto antes, para que possamos transformar esse avanço institucional em oportunidades concretas de comércio, investimentos e aumento da competitividade do país”, acrescentou.

A CNI avaliou, ainda, que o acordo pode trazer impactos significativos sobre os investimentos

bilaterais, além de gerar um ambiente mais favorável para a competitividade das empresas nacionais, com a redução de custos operacionais dentro das cadeias. “O acordo é um marco na estratégia de inserção internacional do Brasil com impacto no redesenho dos fluxos de comércio e investimentos mundiais”, afirmou.

Agronegócio

Setores do agronegócio também podem abrir espaço para maior número de exportações. O pacto deixa segmento em evidência. A carne bovina brasileira, por exemplo, é um dos principais destaques na União Europeia. Até novembro de 2025, as vendas ao bloco somaram US\$ 820,15 milhões, alta de 83,2% em relação ao mesmo período de 2024, atrás apenas de China e Estados Unidos.

Também no ano passado, a União Europeia foi o sexto principal destino das exportações brasileiras de carne de frango, com embarques de US\$ 457,99 milhões. Já o açúcar, considerado sensível para os produtores europeus, poderá ampliar sua participação gradualmente, com a redução de tarifas prevista no acordo, embora permaneçam salvaguardas para proteger o mercado interno do bloco.

Outro setor importante é o segmento da soja. A União Europeia ocupou a terceira posição entre os destinos do produto brasileiro em 2025, com exportações próximas

Divulgação/Emater-DF



A União Europeia ocupou a terceira posição entre os destinos da soja brasileira em 2025

de US\$ 6 bilhões, ficando atrás apenas de Irã e Indonésia.

Segundo o Cecafé (Conselho dos Exportadores de Café do Brasil), a principal mudança ocorre para os cafés solúveis e industrializados, que hoje enfrentam taxa no bloco europeu. Com o tratado, esses produtos passarão por um processo de desgravação anual das tarifas, que devem chegar a zero em um prazo de quatro anos. A expectativa é de que a

redução dos custos amplie a competitividade do Brasil na União Europeia e resulte no aumento dos embarques desses itens.

O conselho aponta que, além do efeito sobre o volume exportado e a receita, o acordo pode estimular novos investimentos no parque industrial brasileiro voltado à industrialização do café. Esse movimento tende a gerar empregos e renda nas regiões onde estão instaladas as fábricas, com reflexos positivos

nos indicadores sociais das localidades ligadas à cadeia cafeeira.

Outro aspecto destacado pela entidade é o impacto do tratado na posição do Brasil em futuras negociações comerciais. Para o Cecafé, “o acordo entre União Europeia e Mercosul nos qualifica para novos acordos comerciais, inclusive bilaterais, haja vista o intenso trabalho que foi realizado pelos governos de Brasil e, do lado europeu, Alemanha e Espanha”.

Concessões no tratado

O acordo Mercosul-União Europeia inclui diversas cláusulas destinadas a conter a oposição dos agricultores do bloco, que protagonizaram fortes protestos em vários países.

O setor agropecuário europeu teme o impacto de uma entrada maciça de carne, arroz, mel e soja sul-americanos, em troca da exportação de veículos, máquinas, queijos e vinhos europeus para o Mercosul.

Países críticos do pacto, como a França, avaliam que o mercado europeu pode ser seriamente afetado pela entrada de produtos sul-americanos mais competitivos, devido a normas de produção consideradas menos rigorosas.

Já os defensores, como Espanha e Alemanha, estimam que o acordo diversificará as oportunidades comerciais para a UE pressionada pela concorrência chinesa e pela política tarifária dos Estados Unidos.

A Itália, que em dezembro havia se alinhado à oposição liderada pela França e conseguido então bloquear o acordo, mudou de posição nesta semana.

Para tentar conter a insatisfação de agricultores e pecuaristas, preocupados com o impacto da redução de tarifas, a Comissão elaborou nos últimos meses uma série de cláusulas e concessões.

As “prioridades agrícolas estiveram no centro” das negociações e “negociamos intensamente”, destacou, na quinta-feira, um dos porta-vozes da Comissão Europeia, Olof Gill.

Entre as medidas, a Comissão anunciou em setembro um conjunto de garantias para os setores de carne, aves, arroz, mel, ovos e etanol, limitando as cotas de produtos latino-americanos isentos de tarifas e prevendo intervenções em caso de desestabilização do mercado.

Em dezembro, a Comissão também anunciou que abrirá uma investigação se o preço de um produto do Mercosul for pelo menos 5% inferior ao da mesma mercadoria na UE e se o volume de importações aumentar mais de 5%.

O Executivo europeu também se comprometeu a legislar sobre resíduos de pesticidas nas importações, um ponto que os agricultores denunciam como indicio de “concorrência desleal”.



Esperamos que esse processo seja concluído o quanto antes, para que possamos transformar esse avanço institucional em oportunidades concretas de comércio, investimentos e aumento da competitividade do país”

Ricardo Alban, presidente da CNI

Nesse contexto, menciona que já acompanha diálogos com mercados como Canadá e países asiáticos, fora das negociações em bloco. A avaliação é que esses entendimentos podem ampliar a presença do café brasileiro em novos destinos. “Como representantes dos exportadores brasileiros, seguiremos atuando para fomentar o governo federal com as informações relevantes e necessárias para essas negociações, de forma que alcancemos novos acordos e possamos fortalecer, ainda mais, a posição do Brasil como principal player do mercado global de café”, concluiu o Conselho. (PJ e RP)